

Sumário

| | |
|--|-----------|
| Capítulo 1 ▶ DIREITO ECONÔMICO E ECONOMIA | 17 |
| 1. História do pensamento econômico..... | 17 |
| 1.1. Adam Smith (1723-1790)..... | 17 |
| 1.2. David Ricardo (1772-1823) | 19 |
| 1.3. Thomas Robert Malthus (1766-1834)..... | 19 |
| 1.4. Jean-Baptiste Say (1767-1832)..... | 19 |
| 1.5. Karl Marx (1818-1883)..... | 19 |
| 1.6. Léon Walras (1834-1910) | 21 |
| 1.7. John Maynard Keynes (1883-1946) | 22 |
| 1.8. Joseph Alois Schumpeter (1883-1950)..... | 22 |
| 1.9. Milton Friedman (1912-2006) | 23 |
| 2. Direito Econômico | 23 |
| 3. Tipologia dos sistemas econômicos | 29 |
| 4. Sistemas econômicos | 30 |
| 4.1. Capitalismo | 30 |
| 4.2. Socialismo | 30 |
| 5. Liberalismo e intervencionismo..... | 31 |
| 6. Modalidades de intervenção..... | 35 |
| | |
| Capítulo 2 ▶ ORDEM JURÍDICO-ECONÔMICA NO BRASIL | 37 |
| 1. Constituição econômica e ordem jurídico-econômica | 37 |
| 2. Ordem econômica na história constitucional brasileira | 39 |
| 3. Fundamentos da ordem econômica..... | 42 |
| 3.1. Valorização do trabalho humano..... | 42 |
| 3.2. Livre-iniciativa..... | 42 |
| 4. Finalidades ou objetivos da ordem econômica | 45 |
| 4.1. Existência digna | 45 |
| 4.2. Justiça social | 46 |
| 5. Princípios gerais da atividade econômica | 47 |
| 5.1. Princípio da soberania nacional | 50 |
| 5.2. Princípio da propriedade privada..... | 51 |
| 5.3. Princípio da função social da propriedade | 52 |
| 5.4. Princípio da livre concorrência | 55 |
| 5.5. Princípio da defesa do consumidor..... | 58 |
| 5.6. Princípio da defesa do meio ambiente | 62 |
| 5.7. Princípio da redução das desigualdades regionais e sociais | 66 |
| 5.8. Princípio da busca do pleno emprego..... | 67 |
| 5.9. Princípio do tratamento favorecido para empresas de pequeno porte..... | 68 |
| 5.10. Princípios implícitos da ordem econômica..... | 73 |
| 6. O livre exercício da atividade econômica. Limitações e condicionamentos | 75 |
| 7. A lei da liberdade econômica (Lei nº 13.874, de 2019) | 79 |

| | |
|--|-----------|
| 7.1. Lei da Liberdade Econômica: alcance, escopo e princípios..... | 79 |
| 7.2. Declaração de Direitos de Liberdade Econômica..... | 81 |
| 7.3. Garantias à livre iniciativa..... | 87 |
| 7.4. Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial (FIARC)..... | 90 |
| 7.5. Análise de Impacto Regulatório..... | 91 |
| 7.5.1. O procedimento da Análise de Impacto Regulatório..... | 94 |
| 7.6. Alterações legislativas decorrentes da Lei da Liberdade Econômica..... | 96 |
| Capítulo 3 ▶ INTERVENÇÃO DIRETA DO ESTADO BRASILEIRO NA ORDEM ECONÔMICA..... | 99 |
| 1. Exploração da atividade econômica pelo Estado..... | 99 |
| 2. Empresas estatais..... | 103 |
| 2.1. Conceito..... | 103 |
| 2.2. Criação e extinção..... | 105 |
| 2.3. Regime de pessoal..... | 107 |
| 2.4. Administração..... | 108 |
| 2.5. Atos, licitações e contratos..... | 112 |
| 2.6. Patrimônio..... | 117 |
| 2.7. Falência..... | 118 |
| 2.8. Fiscalização pelo Estado e pela sociedade..... | 118 |
| 2.9. Objeto das empresas estatais..... | 120 |
| 2.10. Transparência e <i>compliance</i> | 121 |
| 2.11. Especificidades do regime jurídico das estatais que prestam serviços públicos.... | 123 |
| 2.12. Especificidades do regime jurídico das estatais que desenvolvem atividade econômica..... | 126 |
| 2.13. Diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista..... | 128 |
| 2.14. Empresa de Correios e Telégrafos (ECT)..... | 133 |
| 2.15. Empresas subsidiárias e controladas..... | 136 |
| 3. Serviços públicos..... | 137 |
| 3.1. Conceito e classificação..... | 137 |
| 3.2. Princípios..... | 140 |
| 3.3. Direitos e deveres dos usuários..... | 144 |
| 3.4. Aplicação do CDC aos serviços públicos..... | 145 |
| 3.5. Lei de participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei nº 13.460/2017)..... | 146 |
| 3.6. Delegação dos serviços públicos..... | 151 |
| 3.7. Licitação..... | 157 |
| 3.8. Cláusulas do contrato de concessão comum..... | 158 |
| 3.9. Remuneração do concessionário..... | 162 |
| 3.10. Intervenção do poder concedente..... | 165 |
| 3.11. Extinção da concessão..... | 166 |
| 3.12. Reversão dos bens..... | 167 |
| 3.13. Concessão Florestal..... | 168 |
| 3.14. Prestação de serviços públicos em regime de parceria com agentes privados.. | 168 |
| 4. Parcerias Público-Privadas..... | 170 |
| 4.1. Conceito e princípios..... | 170 |
| 4.2. Modalidades..... | 173 |
| 4.3. Características e vedações..... | 175 |
| 4.4. Licitação..... | 177 |
| 4.5. Cláusulas contratuais..... | 179 |

| | |
|--|-----|
| 4.6. Contraprestação do Poder Público | 181 |
| 4.7. Garantias..... | 182 |
| 4.8. Sociedade de propósito específico | 183 |
| 4.9. <i>Step-in rights</i> nas concessões comuns e especiais | 184 |
| 4.10. Disposições aplicáveis à União | 185 |
| 5. Monopólios na Constituição Federal de 1988 | 188 |

Capítulo 4 ► INTERVENÇÃO INDIRETA DO ESTADO BRASILEIRO NA ORDEM ECONÔMICA..... 195

| | |
|--|-----|
| 1. Intervenção indireta na Constituição Federal de 1988 | 195 |
| 2. Estado regulador..... | 199 |
| 3. Natureza jurídica e objetivos da Regulação..... | 203 |
| 3.1. Instrumentos de regulação e de mercado | 205 |
| 4. Regulação e promoção da concorrência..... | 206 |
| 5. Agências Reguladoras Independentes..... | 209 |
| 5.1. Atividades | 212 |
| 5.2. Classificação..... | 219 |
| 5.3. Autonomia administrativa | 220 |
| 5.4. O processo decisório nas Agências Reguladoras..... | 226 |
| 5.5. Prestação de contas e controle social | 229 |
| 5.6. Teoria da Captura..... | 234 |
| 6. Agências em espécie..... | 237 |
| 6.1. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) | 237 |
| 6.2. Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) | 241 |
| 6.3. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)..... | 245 |
| 6.4. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) | 249 |
| 6.5. Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)..... | 252 |
| 6.6. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)..... | 256 |
| 6.7. Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) – Lei 10.233/2001 | 260 |
| 6.8. Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) – Lei 10.233/2001 | 263 |
| 6.9. Agência Nacional do Cinema (ANCINE)..... | 266 |
| 6.10. Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) – Lei 11.182/2005..... | 268 |
| 6.11. Agência Nacional de Mineração (ANM) – Lei 13.575/2017 | 272 |
| 7. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)..... | 276 |
| 7.1. Cide-combustível | 279 |
| 8. Regime jurídico dos recursos naturais..... | 280 |
| 8.1. Recursos para produção de energia hidráulica | 282 |
| 8.2. Recursos minerais | 284 |
| 8.3. <i>Royalties</i> | 290 |
| 9. Promoção e incentivo ao Turismo | 293 |
| 10. Disciplina do capital estrangeiro | 294 |

Capítulo 5 ► DIREITO DA CONCORRÊNCIA 299

| | |
|---|-----|
| 1. Origem do Direito da Concorrência | 299 |
| 2. Histórico e fundamento constitucional da defesa da concorrência no Brasil..... | 300 |
| 2.1. Fundamento constitucional | 302 |
| 3. Extraterritorialidade da Lei 12.529/11..... | 303 |
| 4. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência | 305 |
| 4.1. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)..... | 306 |
| 4.1.1. Tribunal Administrativo de Defesa Econômica (TADE)..... | 308 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 4.1.2. | Superintendência-Geral | 311 |
| 4.1.3. | Procuradoria Federal junto ao Cade | 313 |
| 4.1.4. | Departamento de Estudos Econômicos..... | 314 |
| 4.1.5. | Gestão Administrativa, orçamentária e financeira do Cade | 314 |
| 4.2. | Ministério Público Federal perante o Cade | 315 |
| 5. | Infrações da ordem econômica..... | 317 |
| 5.1. | Limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre-iniciativa | 322 |
| 5.2. | Dominar mercado relevante de bens ou serviços | 322 |
| 5.3. | Aumentar arbitrariamente os lucros..... | 326 |
| 5.4. | Exercer de forma abusiva posição dominante..... | 327 |
| 5.5. | Infrações à ordem econômica em sentido estrito | 330 |
| 5.6. | Das penas | 340 |
| 6. | Controle de concentrações..... | 344 |
| 6.1. | A regra da razão (<i>rule of reason</i>) | 350 |
| 7. | Processo administrativo | 353 |
| 7.1. | Processo Administrativo no controle de atos de concentração | 356 |
| 7.2. | Inquérito Administrativo para apuração de infrações da Ordem Econômica..... | 360 |
| 7.3. | Processo Administrativo para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica | 361 |
| 8. | Mecanismos consensuais de solução de controvérsias no direito concorrencial | 363 |
| 8.1. | Termo de Compromisso de Cessação | 364 |
| 8.2. | Sinopse do Guia de Termo de Compromisso de Cessação para os casos de cartel..... | 365 |
| 8.2.1. | Da colaboração..... | 367 |
| 8.2.2. | Da Contribuição pecuniária | 368 |
| 8.3. | Acordo de Leniência | 372 |
| 8.4. | Sinopse do Guia de Programa de Leniência Antitruste do Cade | 374 |
| 8.4.1. | Aspectos gerais do Programa de Leniência Antitruste do Cade | 374 |
| 8.4.2. | Fases da negociação do Acordo de Leniência no Cade | 378 |
| 8.4.3. | Após a celebração do Acordo de Leniência | 380 |
| 8.4.4. | Leniência <i>Plus</i> | 381 |
| 8.5. | Acordos em Controle de Concentração | 382 |
| 9. | Execução judicial das decisões do CADE | 383 |
| 9.1. | Intervenção judicial | 386 |
| 10. | Sinopse do Guia para a análise da consumação prévia de atos de concentração econômica (<i>gun jumping</i>)..... | 388 |
| 10.1. | Atividades que podem levar à caracterização da consumação prévia de atos de concentração econômica (<i>gun jumping</i>)..... | 388 |
| 10.2. | Procedimentos para diminuição do risco de consumação prévia de atos de concentração econômica..... | 390 |
| 10.3. | Possíveis punições em caso de verificação da consumação prévia de atos de concentração econômica | 391 |
| 11. | Sinopse do Guia Programas de <i>Compliance</i> | 393 |
| 11.1. | <i>Compliance</i> | 393 |
| 11.2. | <i>Compliance</i> concorrencial | 395 |
| 12. | Remédios antitruste..... | 398 |

| | |
|---|------------|
| Capítulo 6 ▶ SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E ATIVIDADE BANCÁRIA | 401 |
| 1. Sistema Financeiro Nacional | 401 |
| 2. Conselho Monetário Nacional (CMN) | 407 |
| 3. Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) | 412 |
| 4. Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) | 413 |
| 5. Banco Central do Brasil | 415 |
| 5.1. O Banco Central na Lei de Responsabilidade Fiscal | 419 |
| 6. Comitê de Política Monetária (COPOM) | 422 |
| 7. Comissão de Valores Mobiliários (CVM) | 422 |
| 8. Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) | 424 |
| 9. Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) | 425 |
| 10. Banco do Brasil S/A | 427 |
| 11. Caixa Econômica Federal (CEF) | 429 |
| 12. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) | 430 |
| 13. Fusões e aquisições no Sistema Financeiro Nacional (Cade x Banco Central) | 431 |
| 14. Sistema de pagamentos | 434 |
| 15. Regime de Administração Especial Temporária (RAET) | 436 |
| 16. Acordos de Basileia | 438 |
| | |
| Capítulo 7 ▶ ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL | 443 |
| 1. Introdução | 443 |
| 2. Sujeitos Econômicos Internacionais | 444 |
| 3. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) | 445 |
| 4. Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) | 447 |
| 5. Organização Mundial do Comércio (OMC) | 449 |
| 6. Mercosul | 457 |
| 6.1. Origens e evolução | 457 |
| 6.2. Natureza jurídica | 461 |
| 6.3. Propósito, princípios e instrumentos | 464 |
| 6.4. Fontes jurídicas | 466 |
| 6.5. Estrutura | 470 |
| 6.6. Solução de controvérsias | 472 |
| 6.7. Principais tratados | 477 |
| 7. Instrumentos de Defesa Comercial | 478 |
| 7.1. <i>Dumping</i> e <i>Antidumping</i> | 479 |
| 7.2. Medidas de Salvaguarda | 487 |
| 7.3. Medidas Compensatórias | 491 |
| | |
| Capítulo 8 ▶ DIREITO PENAL ECONÔMICO | 495 |
| 1. Introdução | 495 |
| 2. Crimes contra o mercado de capitais – Lei 6.385/76 | 496 |
| 2.1. Manipulação do mercado | 497 |
| 2.2. Uso indevido de informação privilegiada (<i>insider trading</i>) | 499 |
| 2.3. Exercício irregular de cargo, profissão, atividade ou função | 504 |
| 3. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional – Lei 7.492/86 | 505 |
| 3.1. Bem jurídico tutelado | 509 |
| 3.2. Sujeitos do crime | 509 |
| 3.3. Competência | 511 |
| 3.4. Delação premiada | 511 |

| | |
|---|------------|
| 3.5. Divulgação de informação falsa ou prejudicialmente incompleta (art. 3º) | 512 |
| 3.6. Gestão fraudulenta e gestão temerária (art. 4º)..... | 513 |
| 3.7. Sonegação de informação ou prestação de informação falsa (art. 6º)..... | 517 |
| 3.8. Emissão, oferecimento ou negociação irregular de títulos ou valores mobiliários (art. 7º) | 518 |
| 3.9. Empréstimo ou adiantamento vedados (art. 17) | 520 |
| 3.10. Financiamento mediante fraude (art. 19)..... | 522 |
| 4. Crimes contra a ordem econômica e as relações de consumo – Lei 8.137/90..... | 525 |
| 4.1. Crimes contra a ordem econômica..... | 525 |
| 4.2. Crimes contra as relações de consumo..... | 528 |
| 5. Crimes contra a ordem econômica e estoque de combustíveis – Lei 8.176/91..... | 533 |
| 6. Crimes de lavagem de dinheiro – Lei 9.613/98..... | 537 |
| 6.1. Autonomia..... | 539 |
| 6.2. Fases | 541 |
| 6.3. Sujeitos do crime e tentativa | 543 |
| 6.4. Competência..... | 545 |
| 6.5. Procedimento | 546 |
| 6.6. Efeitos da condenação..... | 547 |
| 6.7. Delação premiada | 547 |
| 6.8. Ação controlada..... | 549 |
| 6.9. Mecanismos de controle | 550 |
| SÚMULAS RELACIONADAS AO DIREITO ECONÔMICO | 553 |
| SÚMULAS DO CADE | 559 |
| TESES DO STJ RELACIONADAS AO DIREITO ECONÔMICO | 561 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 569 |